

Trabalhadores protestam contra GM/Opel	01
CNM reúne-se com ZF Internacional	02
Acordo coloca Vale sob pressão no Canadá	03
CUT pressiona parlamentares pelas 40h	04
Redução da jornada aumenta produtividade, diz Dieese	05

INTERNACIONAL

Trabalhadores protestam contra GM/Opel

Trabalhadores protestam em Bruxelas contra empresas que desempregam

Milhares de pessoas marcharam em Bruxelas no dia 29 ultimo em protesto contra os planos de corte de empregos de empresas como a General Motors, a Opel e a unidade de cervejaria Anheuser-Busch InBev.

Trabalhadores da Opel de Antuérpia, que vai fechar a fábrica em junho, da maior cervejaria do mundo InBev AB, da DHL e da AudiVolkswagen, carregavam cartazes onde se lia "As pessoas primeiro, e não o lucro" e "Nós não devemos pagar a crise".



A polícia estimou o número de manifestantes em 27.000.

Sindicatos expressaram a raiva de que centenas de bilhões de euros estavam sendo gastos em todo o mundo para salvar os bancos, em vez de salvar os empregos na indústria.

"Os bancos, que receberam bilhões em ajuda, estão afundando as empresas. Os bancos devem estar a serviço da economia e não o contrário", disse Rudy De Leeuw, que dirige o sindicato ABVV.

Uma delegação da Opel Antuérpia liderou a marcha da sede da Comissão Européia, para o centro de Bruxelas, sob efeitos de fumaça e gritando "Somos Opel" e "Nós queremos trabalhar".

"Não é possível que as fábricas em um país da UE estejam sendo fechadas com a ajuda do dinheiro dos contribuintes dos outros países da UE, e que a produção seja transferida para a Coreia", sindicalista da Opel Rudi Kennes disse à Reuters.

A GM anunciou no final de janeiro o encerramento da sua fábrica de montagem de automóveis em Antuérpia, norte da Bélgica, onde 2.600 pessoas trabalham. Sindicatos temem 5.000 empregos poderão ser perdidos, inclusive dos fornecedores. GM planeja produzir a sua mini pickup não em Antuérpia, como inicialmente acordado, mas na Coreia do Sul, pela Daewoo. >>>>>>>

>>>> Trabalhadores protestam contra GM/Opel

Os sindicatos alegaram que a decisão da GM não foi motivada por razões econômicas, mas sim pelo auxílio estatal que a Alemanha ofereceu a empresa em dificuldades. Quatro fábricas da Opel continuarão funcionando, mas empregos serão cortados.

AB InBev anunciou 299 demissões entre os seus 2.700 trabalhadores belgas, o que provocou um bloqueio de duas semanas das suas fábricas.

"Apesar da AB InBev ter um lucro anual de 3 bilhões de euros por ano, é fácil ver a falta de respeito que ela tem para com os seus trabalhadores, então é tempo de os trabalhadores dizerem que 'não quero ser tratado como mercadoria', disse a socialista belga Caroline Gennez à Reuters.

A DHL, o correio expresso e braço logístico do Correio Alemão DHL disse que vai transferir cerca de 800 cargos para a Alemanha e a República Checa. *(Editado por Mark Trevelyan) (Antonia van de Velde) (Reuters, 29.01.2010)*

CNM reúne-se com ZF Internacional

CNM/CUT reúne-se com vice-presidente mundial de RH da ZF

A regulamentação para a atuação dos diretores sindicais e dos CSEs dentro das plantas da empresa no país foram alguns dos pontos de pauta do encontro entre as lideranças sindicais e representantes da alta cúpula da multinacional alemã

Na quarta-feira (3), o **secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, Valter Sanches**, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, **Ademilson Terto da Silva** e o coordenador do Comitê Nacional dos Trabalhadores na ZF, **João Evangelista**, reuniram-se com o vice-presidente mundial de Recursos Humanos do Grupo ZF, Thomas Sigi, além do presidente da empresa no Brasil, Wilson Bricio e outros dois diretores de RH da multinacional alemã.



O Comitê Nacional dos Trabalhadores na ZF reuniu-se após a negociação com a empresa

O encontro é fruto de uma reunião ocorrida em dezembro de 2009, na Alemanha. Na ocasião, Sanches e Sigi discutiram a necessidade de se aprimorar as relações entre empresa e sindicato no Brasil. "Ele (Sigi) demonstrou interesse para que essa relação seja respeitosa e com o princípio da negociação. Essa é a maneira como atuam na Alemanha e aquela que a empresa deseja em todas as suas unidades no mundo", afirmou Sanches.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e o sindicato entendem que o primeiro passo para uma negociação transparente e produtiva é a regulamentação dos diretores do sindicato dentro da fábrica. "Na Alemanha é assim que funciona: nas próprias plantas os trabalhadores podem se reunir, discutir os problemas existentes para propor soluções e melhorias", afirmou o secretário da CNM.

Como parte deste processo, o coordenador do Comitê Nacional dos Trabalhadores na ZF entregou uma proposta de estatuto para regulamentar os Comitês Sindicais de Empresa. "Ele foi construído em conjunto com os membros dos comitês sindicais nas três plantas de Sorocaba (ZF do Brasil, ZF Sistemas e ZF Lemforder) e teve por base vários acordos já firmados entre o sindicato do ABC e empresas na sua base", relatou João Evangelista.

Os membros do comitê nacional não puderam se apresentar para a delegação alemã, mas representantes de todas as plantas (localizadas em Belo Horizonte, São Bernardo do Campo, Araraquara e Sorocaba) estiveram reunidos no sindicato e puderam receber o retorno do encontro da Empresa com João Evangelista. "É consenso a fundamental importância da organização no local de trabalho e de que os trabalhadores entendam a diferença do sindicato estar dentro da fábrica, no arroz com feijão", finaliza Sanches. *(Flávia Silva e Valter Bittencourt) (Imprensa CNM/CUT, 04.02.2010)*

Acordo coloca Vale sob pressão no Canadá

Acordo entre CAW e Xstrata acarreta, inequivocamente, descrédito para a Vale

O acordo com a Xstrata demonstra claramente que se os dois lados se sentarem e negociarem em boa fé, eles podem resolver as difíceis questões.



Assista a o vídeo da passeata que marcou o aniversário de seis meses da greve em Sudbury

A United Steelworkers (USW) acredita que o acordo provisório negociado pela Mine Mill Local 598/CAW e a Xstrata Nickel inequivocamente desacredita a estratégia prejudicial e sem garantias que a Vale Inco está infligindo aos seus trabalhadores canadenses e a suas comunidades.

"Tal acordo demonstra claramente que se ambos os lados se sentarem e negociarem em boa fé, eles podem resolver as questões difíceis", afirmou **John Fera, Presidente da USW Local 6500**. "As maiores questões nas negociações CAW/Xstrata eram virtualmente idênticas às questões existentes em nossa greve contra a Vale Inco".

"Ao contrário da Vale, contudo, a Xstrata não insistiu em ditar e impor os termos aos seus trabalhadores", observou Fera.

"Quando os dois lados entram em uma negociação de boa fé, geralmente o resultado é um acordo que irá beneficiar tanto a empresa como os trabalhadores, pensionistas e a comunidade pelos anos vindouros. Era assim que a Vale deveria estar tratando sua força de trabalho canadense, e não provocando e prolongando uma disputa que está dizimando milhares de famílias de trabalhadores e suas comunidades".

Tanto a Xstrata quanto a Mine Mill Local 598/CAW afirmam que o acordo provisório que eles negociaram é um "negócio correto e justo" para ambas as partes. Embora as duas operações sejam parecidas, o negócio atual não inclui nenhuma das maiores concessões que a Vale está exigindo de seus empregados canadenses, a Mine Mill Local 598/CAW informou.

"A Vale e a Xstrata possuem forças de trabalho parecidas e, historicamente, têm tido acordos coletivos parecidos, operando no mesmo ambiente de mineração", afirmou Fera. "A Xstrata tem demonstrado que pode operar com rentabilidade e sustentabilidade em nossa comunidade e, ao mesmo tempo, manter um acordo coletivo correto e justo com seus empregados".

"Este acordo claramente desacredita a negativa da Vale em negociar, sua deplorável política e suas táticas sem precedentes", afirmou Wayne Rae, Presidente da Local 6200 em Port Colborne. "Nosso governo provincial e federal devem defender suas famílias de trabalhadores canadenses e denunciarem este desrespeito de uma corporação estrangeira aos seus trabalhadores canadenses e nossas comunidades". (*United Steelworkers, 05.02.2010*)

Com bom humor e alto astral,

CUT pressiona parlamentares pelas 40h

A mobilização que a CUT fez na manhã do dia 2 no Aeroporto de Brasília foi marcada pelo bom humor e pelo alto astral. Das oito às 10 horas, deputados e senadores que desembarcavam eram recebidos por dezenas de dirigentes sindicais, aos brados de "Reduz pra 40 que o Brasil aumenta e o empresariado aguenta" e outras palavras de ordem como "Primeiro o pré-sal, o Carnaval e depois as 40 horas".

O objetivo da mobilização era cobrar dos parlamentares a inclusão, entre as prioridades do primeiro trimestre deste ano, do projeto que reduz a jornada semanal de trabalho para 40 horas.

Apesar de dirigido preferencialmente aos parlamentares, o ato e a panfletagem envolveram todos os passageiros e passageiras que desembarcavam no Juscelino Kubitschek.

"40 horas semanais dão mais tempo para o lazer, para a família, para namorar. E ainda vão criar mais de 2 milhões de empregos", dizia Artur Henrique, presidente da CUT, ao megafone. E avisava: "Deputado, deputada, senador, senadora, este ano tem eleição..."

No Congresso - Encerrada a mobilização no aeroporto, os dirigentes se dirigiram ao Congresso, para panfletagem gabinete por gabinete. Está prevista também a presença da ministra da Casa Civil e candidata à Presidência da República Dilma Rousseff, que fará a abertura do ano legislativo.

"Tudo isso que estamos fazendo hoje é muito importante para manter a militância aguerrida e mostrar para o Congresso que nós não vamos desistir das nossas bandeiras só porque é ano eleitoral. Ao contrário", disse o secretário geral da CUT, Quintino Severo. Fonte: CUT

A pergunta é: Quando o Congresso vai votar a redução da jornada?

Se a Câmara dos Deputados não anunciar e confirmar uma data para a votação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que reduz a jornada semanal de trabalho para 40 horas, será impossível sequer abrir um novo processo de discussão com a bancada parlamentar de empresários

O empresariado, que tem um enorme poder sobre o Congresso Nacional, se opõe à redução da jornada sem redução de salários, uma mudança capaz de criar mais de 2 milhões de novos empregos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Por conta dessa influência patronal, os deputados resistem a colocar a PEC na pauta imediata de votações no plenário da Câmara. Foi por isso que lideranças nacionais das seis centrais sindicais brasileiras passaram o dia de ontem, 2 de fevereiro, percorrendo gabinetes e pressionando as lideranças dos principais partidos, em Brasília, para que o projeto entre logo em votação.

O resultado mais concreto da mobilização de ontem foi assegurar que os deputados que lideram as bancadas dos partidos vão receber as centrais sindicais às 13 horas desta quarta, dia 3. No encontro, o movimento sindical vai cobrar que a Presidência da Câmara, ocupada por Michel Temer (PMDB-SP), junto com as lideranças partidárias, marque a data em que a PEC vai ser enviada para o julgamento em plenário.

"Se não for determinada uma data para a votação, não teremos chance de fazer a disputa em plenário. Se a Câmara não anunciar quando isso vai acontecer, a bancada empresarial vai continuar empurrando com a barriga, pra eles é muito mais fácil assim", disse Artur Henrique, presidente nacional da CUT, durante audiência com o líder do governo federal, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). "Nós não temos nenhum problema em negociar, em tentar achar alternativas para implementar essa mudança. Todos nós fomos eleitos para isso, para encontrar caminhos que nos levem a transformações sociais importantes, a exemplo do que é a redução da jornada. Mas o problema agora é que se os líderes do Congresso não se comprometerem a marcar uma data para a votação, nada vai acontecer", insistiu Artur.

A avaliação do movimento sindical é que a redução da jornada precisa ser aprovada ainda no primeiro semestre de 2010, sob risco de ser adiada para além da eleição da próxima presidenta do Brasil e perder-se no emaranhado processo legislativo.

Para evitar isso, lideranças nacionais do movimento sindical visitaram na terça-feira os gabinetes das lideranças dos partidos PSB, PTB, PDT, PT e PCdoB, considerados simpáticos à redução da jornada, e cobrar empenho das bancadas na fixação de uma data para voto em plenário e no convencimento para que os deputados dessas legendas votem a favor da PEC.

Partidos hostis à agenda dos trabalhadores, como o DEM (ex-PFL) e PSDB não foram visitados ontem por falta de tempo. Embora a ação da CUT e das centrais no interior do Congresso tenha começado às 11 horas, a presença da ministra da Casa Civil Dilma Rousseff na abertura dos trabalhos do ano congressual e a pauta sobrecarregada do primeiro dia legislativo de 2010 provocaram excesso de rigor por parte dos seguranças da casa e da Polícia Federal, provocando atrasos. (CUT, 03.02.2010)

Redução da jornada aumenta produtividade, diz Dieese

Para Clemente Ganz Lúcio, do Dieese, "reduções de jornada aumentam produtividade" e a redução de 4 horas da jornada semanal pode gerar 2 milhões de empregos

Sindicalistas começaram o trabalho de corpo a corpo com parlamentares para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais e aumenta dos atuais 50% para 75% a remuneração da hora-extra no aeroporto de Brasília nesta manhã (2).

De acordo com Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), "reduções de jornada vêm acompanhadas de aumento de produtividade". Além disso, a redução de 4 horas da jornada semanal pode gerar 2 milhões de empregos, estima o diretor.

Carlos Alberto Santos, diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), reconhece que se houver aumento de produtividade o aumento de gastos com horas extras ou com o número de empregados será compensado.

Ele pondera, no entanto, que "essa linha de argumentação só é verdadeira para a produção física e tangível. Para o comércio e serviços fica muito complicado. Nesses setores a presença do empregado é um dado muito importante. Com a redução, as lojas vão fechar mais cedo ou vão pagar hora-extra?". O diretor do Sebrae acha difícil que o consumidor aceite o repasse do aumento de custos ou mude seus horários de compra.

O diretor-tesoureiro da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Laércio Oliveira, é mais crítico. "Isso é uma proposta política e eleitoreira, e vai de encontro ao crescimento no país. Vai aumentar o desemprego e a informalidade", disse Oliveira que considera a proposta "um retrocesso" e o momento de discussão "impróprio".

Clemente Ganz Lúcio, do Dieese, discorda e aponta o atual cenário de crescimento econômico como ideal para que a proposta seja absorvida economicamente. Além disso, "as empresas passaram nos últimos anos por processos de reestruturação produtiva e estão ajustadas".

O diretor técnico do departamento sindical, avalia que a redução da jornada é justa porque "tem efeito distributivo dos ganhos de produtividade de 1988, quando a jornada de trabalho semanal caiu de 48 horas para 44 horas".

Ao efeito redistributivo, Ganz Lúcio acrescenta que desde quando houve a redução da jornada, os trabalhadores passaram a gastar mais tempo para se deslocar até o trabalho e que a atual necessidade de reciclagem permanente para o trabalho exige que os assalariados tenham maior disponibilidade de tempo para fazer novos cursos de formação e atualização.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a jornada de trabalho semanal no Brasil poderia ser de 37 horas. A eventual redução da jornada alcançará, no entanto, apenas a metade da mão-de-obra empregada, que tem carteira assinada e vínculo formal. *(Gilberto Costa) (Agência Brasil, 03.02.2010)*